

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

F866r Freitas, Pedro Rodrigo Alcântara de Sousa.
Relação entre democracia e confiança nos partidos políticos
brasileiros : um olhar sobre a principal instituição representativa /
Pedro Rodrigo Alcântara de Sousa Freitas. -- 2022.
27 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras,
Bacharelado em Ciência Política, Teresina, 2022.
“Orientador: Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas”.

1. Democracia. 2. Confiança. 3. Partidos Políticos Brasileiros.
I. Freitas, Vitor Eduardo Veras de Sandes. II. Título.

CDD 321.8

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PEDRO RODRIGO ALCÂNTARA DE SOUSA FREITAS

RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLITICOS
BRASILEIROS: UM OLHAR SOBRE A PRINCIPAL INSTITUIÇÃO REPRESENTATIVA.

TERESINA

2022

PEDRO RODRIGO ALCÂNTARA DE SOUSA FREITAS

RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLITICOS
BRASILEIROS: UM OLHAR SOBRE A PRINCIPAL INSTITUIÇÃO
REPRESENTATIVA.

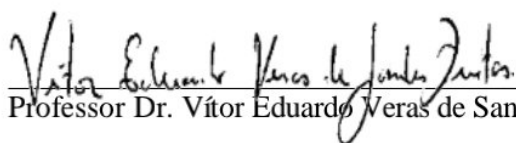
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas.

PEDRO RODRIGO ALCÂNTARA DE SOUSA FREITAS

RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLITICOS
BRASILEIROS: UM OLHAR SOBRE A PRINCIPAL INSTITUIÇÃO
REPRESENTATIVA.


Banca Avaliadora:



Professor Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas (orientador) – UFPI.



Professor Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior – UFPI.



Professor Ms. Raul Wesley Leal Bonfim – Escola do Legislativo - ALEPI.

Aprovado em: 11 de Maio_de 2022.

TERESINA – PIAUÍ

2022

RESUMO

A crescente desconfiança partidária tornou-se um debate comum em muitas democracias estabelecidas, principalmente a do Brasil, e é frequentemente usada para explicar fenômenos políticos atuais. Em contraste com a maioria dos estudos que se concentram apenas no conceito de confiança, este artigo traz uma contribuição ao analisar a desconfiança partidária e os efeitos que ela pode trazer. Argumenta que a desconfiança dos cidadãos em relação as instituições representativas representam uma ameaça para a política democrática e esclarece a relação entre a desconfiança observada nas democracias e o surgimento do populismo, considerado prejudicial para a democracia. Além disso, fornece evidências através de dados no Latinobarômetro que mapeiam as dimensões e o processo de declínio da confiança nos partidos e a satisfação com a democracia, identificando uma relação entre os dois, com importante contribuição para o trabalho teórico e empírico em ciência política. O artigo sugere que uma análise de desconfiança política baseada em evidências pode fornecer um terreno fértil para pesquisas futuras que visam entender as causas, consequências e possíveis soluções para a desconfiança política.

Palavras-chave: Democracia. Confiança. Partidos Políticos Brasileiros.

ABSTRACT

Growing partisan distrust has become a common debate in many democracies, especially the Brazilian one, and is often used to explain current political events. In contrast to most researches that focus just on the concept of trust, this article makes a contribution by analyzing partisan distrust and the effects it can bring. It argues that citizens distrust of representative institutions represents a threat to democratic politics and clarifies the relationship between the distrust observed in democracies and the emergence of populism, considered harmful to democracy. In addition, it provides evidence through Latinobarômetro data that map the dimensions and process of declining trust in parties and satisfaction with democracy, identifying a relationship between the two, with an important contribution to theoretical and empirical work in political science. The article suggests that an evidence-based analysis of political distrust can provide for future research aimed at understanding the causes, consequences and possible solutions to political distrust.

Keywords: Democracy. Trust. Brazilian Political Parties.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO NA DEMOCRACIA.....	10
3. PARTIDOS POLITICOS COMO ANTIDOTO CONTRA O POPULISMO	13
4. O CONTEXTO POR TRÁS DA DESCONFIANÇA NOS PARTIDOS BRASILEIROS	17
5. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	20
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
7. CONCLUSÕES.....	25
REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre o desgaste da confiança nos partidos políticos são onipresentes nos círculos públicos e acadêmicos e geram um debate em torno da satisfação dos sistemas democráticos ocidentais, principalmente a do Brasil. Os aspectos da confiança partidária têm recebido considerável atenção na literatura acadêmica. Estudiosos teorizaram e pesquisaram empiricamente os benefícios da confiança dos cidadãos em políticos, instituições políticas e governos desde a década de 1960 (MOISÉS, 2005).

A confiança política foi identificada como um elemento chave do apoio difuso aos sistemas democráticos e é considerada necessária para sua sobrevivência. Para alguns autores (MOISÉS, 2005; ALMOND E VERBA, 1963) a confiança estaria relacionada a um aspecto de raiz sociocultural, onde estaria relacionada a um conjunto de atitudes, hábitos, sentimentos e comportamentos políticos referentes ao funcionamento do regime democrático.

Em seu trabalho "A Cultura Cívica", Almond e Verba (1963) argumentam que a democracia é mais provável em sociedades onde os valores e crenças individuais são compatíveis com a liberdade de expressão, discussão política, exposição a informações políticas e interesse em assuntos públicos. A transição de regimes autoritários para regimes mais abertos parecia em grande parte relacionada à transformação de uma cultura paroquial (fechada, patriarcal e baseada em mitos e tradições comunitárias) ou uma cultura de sujeito (típica de regimes ditatoriais baseados na legitimidade carismática do líder) a uma cultura cívica ou participativa.

Um dos aspectos que mais condiciona a relação entre os cidadãos e o poder político são as atitudes. Atitudes como o cinismo político, o desinteresse pela política ou o descontentamento com os governos estão fortemente ligados ao grau de confiança que os cidadãos depositam nas instituições de representação política em geral. Uma característica distintiva da cultura política das democracias surgidas no calor da terceira onda de democratização é a combinação de apoio à democracia e um amplo sentimento de desconfiança em relação aos partidos e às instituições que sustentam o regime.

Segundo Lazzari (2017), estima-se que a identificação com um partido político é fundamentalmente importante fator de confiança, por serem instituições representativas essenciais na democracia. A decisão de votar em um partido é tomada porque se acredita que seja uma forma eficiente de selecionar os governantes, de defender os próprios interesses ou de garantir uma boa qualidade da democracia.

De acordo com Manin, Przeworski e Stokes (2006), o que conecta partidos,

representação e democracia são as eleições diretas. Onde os partidos apresentam projetos políticos no decorrer da campanha e demonstram como esses projetos poderiam impactar o bem-estar da população, os quais designam as propostas que querem que sejam executadas e os políticos que tomaram responsabilidade de realiza-las. Já em relação a prestação de contas, as eleições servem para retirar ou manter no cargo os partidos responsáveis pelos resultados de seus feitos passados.

Já a desconfiança é um sinal ameaçador para a estabilidade democrática, simplesmente uma expressão relacionada com a insatisfação perante o desempenho de governos, lideranças e partidos políticos, na maioria das vezes sujeitos a oscilações em decorrência da essência do processo político e, até mesmo, de condições adversas incontroláveis, ou seja, um descontentamento que procura o aperfeiçoamento das instituições democráticas (MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

Tem-se dito, não sem razão, que é difícil imaginar que nos Estados contemporâneos possa haver uma política sem partidos, na qual ocupam não só na integração dos órgãos de representação e governo, mas também por suas funções intermediárias entre o Estado e a sociedade civil. Devido à sua importância, os partidos são organizações que criam e apoiam muitas das instituições estatais. Desempenham funções sociais e políticas essenciais em uma democracia, na medida em que atualmente não existem entidades capazes de substituí-los. Mas fundamentalmente, os partidos são os construtores dos regimes democráticos. São atores diferenciados nos processos de transição para a democracia e podem ser os principais garantidores do seu aprofundamento e consolidação.

A crescente desconfiança partidária tornou-se um debate comum em muitas democracias estabelecidas, principalmente a do Brasil, e é frequentemente usada para explicar fenômenos políticos atuais. Em contraste com a maioria dos estudos que se concentram apenas no conceito de confiança, este artigo traz uma contribuição ao analisar a desconfiança partidária e os efeitos que ela pode trazer. Argumenta que a desconfiança dos cidadãos em relação as instituições representativas representam uma ameaça para a política democrática e esclarece a relação entre a desconfiança observada nas democracias e o surgimento do populismo, considerado prejudicial para a democracia. Além disso, fornece evidências através de dados no Latinobarômetro, o caso do Brasil, que mapeia as dimensões e o processo de declínio da confiança nos partidos e a satisfação com a democracia, identificando uma relação entre os dois, com importante contribuição para o trabalho teórico e empírico em ciência política.

Os cientistas políticos têm usado pesquisas e surveys frequentes para monitorar de perto as atitudes dos cidadãos em relação ao governo, às instituições políticas e ao sistema político em geral (BORBA; E CARDOSO, 2019; MOISÉS, 2005).

O artigo está dividido em três seções e esta introdução. Em seguida, discutimos contribuições teóricas influentes para identificar as dimensões da crise dos partidos na democracia, incorporando a discussão sobre crise da representação, populismo e desconfiança. Nos concentramos no caso brasileiro, por ser um dos principais países da América Latina, explorando os eventos significativos para o aumento da desconfiança. Analisamos dados de opinião pública do Brasil, usando as pesquisas do Latinobarômetro de 2013 a 2020. Por fim, apresentamos nossas conclusões. O artigo sugere que uma análise de desconfiança política baseada em evidências pode fornecer um terreno fértil para pesquisas futuras que visam entender as causas, consequências e possíveis soluções para a desconfiança política.

2. PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO NA DEMOCRACIA

Para Bernard Manin (1995) e Norberto Bobbio (1997) os desempenhos da democracia moderna em sua estrutura representativa mantem uma particularidade que pauta a aproximação entre representantes e representados pela confiança ou pela desconfiança. Nos debates recentes sobre o descontentamento dos cidadãos com a chamada classe política, o declínio da confiança política é muitas vezes visto como resultado da distância social entre os eleitos e seu eleitorado. Os partidos políticos, como outras instituições, existem para desempenhar determinadas funções para o bem comum: representação e articulação dos interesses sociais.

A desconfiança não surge instantaneamente, deve haver alguma confiança primeiro para delegar ao representante e a responsabilidade de conquistar os interesses dos cidadãos, para então, estar presente uma série de elementos que significam uma ruptura nessa confiança, portanto, a avaliação do desempenho dos representantes é um dos fatores explicativo da desconfiança. A democracia representativa moderna exige que os cidadãos autorizem um pequeno grupo de políticos a governar em seu lugar. Esse processo implica que os cidadãos confiem que seus representantes eleitos defenderão seus interesses nos processos de governo. O representante deve ser legitimado e responsável por essas ações. Os indivíduos confiam mais no congresso se acreditam que têm voz, ou seja, a capacidade de expressar suas preferências políticas, na forma de um representante selecionado, no processo de formulação

de políticas. Como afirma Norberto Bobbio (1997):

Como se afirmou várias vezes, o defeito da democracia representativa se comparada com a democracia direta consiste na tendência à formação destas pequenas oligarquias que são os comitês dirigentes dos partidos; tal defeito apenas pode ser corrigido pela existência de uma pluralidade de oligarquias em concorrência entre si. Tanto melhor, porém, se aquelas pequenas oligarquias, através de uma democratização da sociedade civil, através da conquista dos centros de poder da sociedade civil por parte dos indivíduos sempre mais e sempre melhores participantes, tornam-se sempre menos oligárquicas, fazendo com que o poder não seja apenas distribuído, mas também controlado. (BOBBIO, 1997, p. 61).

A ideia de representação política tem uma longa história e tem sido um tanto problemática ou controversa em sua interpretação. A representação política na modernidade se desenvolve com a presença dos congressos. Nesses espaços identificados com a pluralidade, ganha corpo a representação dos diferentes interesses da sociedade. A “crise de representação” costuma ser entendida como a deterioração do prestígio dos partidos, congressos e outras instituições aos olhos do eleitorado, e conseqüente a perda de eficácia na construção de consensos, na seleção de lideranças e na administração do poder político.

Manin (1995) já havia identificado, em seu estudo “As metamorfoses do governo representativo”, que:

É ainda mais extraordinário que a chamada crise de representação atual seja atribuída ao desaparecimento ou enfraquecimento daquelas mesmas características que distinguiam a democracia de partido do parlamentarismo e que pareciam aproximar a primeira de um governo do povo pelo povo. O que está atualmente em declínio são as relações de identificação entre representantes e representados e a determinação da política pública por parte do eleitorado. (MANIN, 1995, p. 2).

Parece, de fato, a existência de um risco permanente de uma “crise de representação” devido ao hiato existente entre a demanda e a oferta de participação política, ou seja, um hiato duradouro entre os cidadãos e os partidos políticos, bem como os seus dirigentes. Assim, os cidadãos tornaram-se mais desconfiados de políticos e partidos, e tornaram-se mais céticos em relação a instituições supostamente representativas, bem como em relação ao funcionamento geral do processo democrático. Por sua vez, a crescente abstenção e apatia política afetam negativamente as democracias representativas, no sentido de que uma menor participação cidadã pode levar a um descrédito do sistema representativo. O que também pode levar ao surgimento de diferentes formas de populismo, ou mesmo, em circunstâncias extremas, ao comportamento político antidemocrático manifesto.

Para Adam Przeworski (2020, p. 25) deixa claro que “a participação eleitoral está em

declínio em muitos países, atingindo níveis inéditos. A confiança nos políticos, nos partidos, nos parlamentos e nos governos despenca. Até mesmo o apoio à democracia como sistema de governo está enfraquecido”. Para o autor as principais evidências de que podemos estar vivenciando uma crise incluem o rápido degradação dos sistemas partidários tradicionais e o declínio no suporte à democracia em pesquisas de opinião pública. Esses eventos tornam mais urgentes as questões de estabilidade e colapso democrático. Diante dessa visão, os partidos têm e continuam a enfrentar uma série de novos problemas e dificuldades (organizacionais, funcionais, eleitorais, culturais), produto tanto das enormes transformações sociais, quanto da evolução tecnológica e inovações que ocorreram nas últimas décadas.

No campo social, os partidos cumprem uma função essencial. Certamente há problemas em que a sociedade ignora e deixa a resolução posterior nas mãos de diversas lideranças políticas, o que significa que, em algumas circunstâncias, essas lideranças vão para um lado e as necessidades da sociedade para outro. Por isso é fundamental recuperar a representação, sobretudo dos partidos políticos, pois, como aborda Duverger (1970) e Sartori (1982) os partidos eram formadores da opinião pública, bem como deformadores, mas o que interessa destacar é que a estrutura da opinião pública é, em grande medida, consequência do sistema partidário, pois resulta de circunstâncias históricas, evolução política e um conjunto de fatores complexos, em que o sistema eleitoral desempenha um papel preponderante.

Atualmente, a opinião pública e, para ser mais claro, a sociedade dispõem de maiores ferramentas de comunicação e podem ser informados muito mais rapidamente de acontecimentos políticos e sociais. As redes sociais e as novas formas de comunicação fazem com que os partidos políticos tenham que correr atrás da opinião pública e não serem os que definem as pautas da atualidade. Mas os partidos, com suas estruturas orgânicas burocráticas, não dão as respostas necessárias e com a rapidez requerida, na qual os novos tempos exigem. Como afirma Manin (1995):

“Para que os governados possam formar opinião sobre assuntos políticos, é necessário que tenham acesso à informação política, o que supõe tornar públicas as decisões governamentais. Quando os políticos tomam suas decisões em segredo, os governados dispõem de meios muito frágeis para elaborar opiniões em matéria de política” (MANIN, 1995, p. 4).

À medida que a vida política se torna mais democrática, as instituições começam a ser exigidas para serem mais eficientes no atendimento das demandas dos cidadãos. É fundamental que nessa relação entre a sociedade e os partidos formem os melhores líderes e tenham em suas fileiras os homens e mulheres que mais efetivamente representam o povo,¹⁹

fim de projetar com clareza a política de governo, exercendo por meio dos partidos, e principalmente os representantes, os controles necessários para que a democracia se aperfeiçoe e seja o verdadeiro instrumento de transformação da sociedade. Isso implica que os cidadãos tenham a oportunidade de participar mais fortemente na vida dos partidos políticos e, assim, fortalecer seus direitos, o que deve se refletir em uma maior participação dentro dessas instituições do sistema democrático.

A participação não deve se tornar um fardo ou uma obrigação. Os cidadãos não podem participar de todos os assuntos de interesse público: “Que todos decidam sobre tudo em sociedades sempre mais complexas como são as modernas sociedades industriais é algo materialmente impossível” (Bobbio 1987, p. 42). No entanto, deve haver sempre espaço para que os cidadãos participem nos processos de tomada de decisão que se sintam próximos das suas necessidades. É por isso que participação e representação devem ser combinadas por meio de uma abordagem deliberativa

Para Bobbio (1997), democracia representativa e direta não são dois sistemas opcionais, no sentido de que se deva escolher um ou outro, mas são dois sistemas que podem se completar. Pode-se dizer que em um sistema enraizado de democracia ambas as formas são fundamentais, mas não são, por si só, auto-suficientes.

3. PARTIDOS POLITICOS COMO ANTIDOTO CONTRA O POPULISMO

A democracia enfrenta hoje desafios profundos em toda a América Latina. Cada vez mais, líderes populistas tornam-se atores cruciais na política, o que explica tanto a deterioração da democracia, o aumento de seu déficit e a transformação plebiscitária, quanto o aprofundamento da república. Esses casos é o que podemos chamar de “neopopulismo”, conceito que começou a surgir após o período de redemocratização na América Latina, na qual Flavia Freidenberg (2007) definiu como uma junção entre populismo e neoliberalismo. Para a autora esses dois termos se complementam, apesar de que o neoliberalismo tenha surgido na América Latina através de governos repressivos e autoritários como Augusto Pinochet no Chile, Alberto Fujimori no Peru.

As características constituidoras desse conjunto inesperado estão no pragmatismo e na versatilidade política do populismo, na transigência desses líderes personalistas para se adequarem a novos cenários, condições de governança, projetos econômicos e relações sociais. Ou seja, esse novo tipo de populismo teve impulso a processos heterodoxos de modernização social e econômica aliada a um exercício autoritário, às vezes ditatorial, do

poder político. Ela ainda reitera que essas lideranças carismáticas, personalistas e heroicas, um tipo eclético de relação não mediada ou um fraco institucionalismo com as massas, foi o que serviu de argumento para misturar populismo com neoliberalismo. A elite política, segundo os neopopulistas, está corrompida, por isso não adianta o esforço de corrigi-la ou altera-la, deve-se prescindir dela. Os atuais líderes devem aparecer diretamente do seio da população, sem intermediações partidárias ou institucionais.

A região tornou-se um exemplo claro da tendência marcada por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) Adam Przeworski (2020) em relação à ascensão de lideranças e à deterioração dos partidos. A classe política tem experimentado uma crescente concentração de poder por meio da presidencialização dos regimes políticos, ao mesmo tempo em que se torna alvo de fortes críticas.

Entre as crises que afligiram a região nesta nova era democrática, destacam-se os recentes desafios à representação política. Essa parece ser a realidade dos países da região, no qual a instauração das liberdades e dos direitos políticos civis foi seguida por um gradativo desencanto e desconfiança em relação às instituições em consequência das proeminentes dificuldades dos sucessivos governos em solucionar os grandes problemas sociais e econômicos que afetaram os países como um todo e as classes emergentes em particular (MOISÉS, 2005).

Alguns países testemunharam as reações dos cidadãos a abusos de poder, arbitrariedades muito óbvias ou uma indiscutível incapacidade de governar. As mobilizações da população foram capazes de afastar presidentes ineficientes, corruptos ou autoritários. Em outros casos, foram os parlamentos que canalizaram os protestos de rua e retiraram os líderes. Essas reações relativamente espontâneas e inorgânicas tanto endeusavam um líder quanto o enterravam mais tarde. Na maioria dessas crises, as demandas não foram canalizadas pelos partidos políticos, mas direcionadas contra eles, o que resultou em processos de fragmentação, colapso ou transformação dos sistemas partidários.

As crises políticas alimentam a descrença nas instituições representativas, de legislativos a partidos e políticos, frequentemente envolvidos em corrupção e relações de promiscuidade com o poder econômico, e culminam em instabilidade de governos e destituições ou renúncias de presidentes. Ao mesmo tempo, o desempenho econômico tem sido insuficiente para promover uma redução maior das desigualdades. Há ainda políticas de inclusão adotadas por diferentes governos para beneficiar setores historicamente vulneráveis que, por outro lado, estimulam uma reação à diversificação de espaços sociais até então restritos a certos grupos. (BOTELHO; OKADO; BONIFÁCIO, 2020, p. 14).

Uma das consequências da crise foi o alavancamento de novas lideranças e a expansão dos direitos democráticos para populações historicamente ignoradas. Essa expansão democrática foi acompanhada, em alguns casos, por uma exacerbação populista e abusos de poder presidencial. Como explica Mounk (2019) esse declínio representaria o descontentamento dos cidadãos com um cenário de liberalismo antidemocrático, bastante comum em regimes que, de um lado, parecem respeitar o estado de direito e proteger as minorias e, mas por outro lado, fracassam em concretizar os anseios populares em políticas públicas. Essa insatisfação incentivaria a ascensão de líderes e grupos que ameaçam as liberdades civis, expandindo ainda mais o quadro de corrosão democrática.

Definindo o populismo como um esforço para enfraquecer as instituições, neste artigo defendo que os partidos políticos podem ser um antídoto para o populismo. Mendonça (2014) associa o populismo à estratégia de ligar um eleitorado cada vez mais indiferenciado e despolitizado a um sistema de governança amplamente neutro e apartidário. A democracia populista tende principalmente para a democracia sem partido. Quanto mais fortes e mais responsáveis forem os partidos perante a população, menos provável é que surjam novos líderes populistas na democracia. As experiências populistas nos países só aparecem associadas ao enfraquecimento dos partidos políticos.

O populismo não é um regime próprio. Seu estilo e teor são derivados da democracia: um tipo de democracia que se baseia na representação e na constituição, que utiliza eleições juntamente com, ocasionalmente, formas diretas de voto popular, como o referendo e o plebiscito, e cuja arena política é feita de associações baseadas em questões e filiações partidárias, não apenas atores individuais e eleições. O populismo emerge no domínio da opinião e questiona todas essas características da democracia. Mais especificamente, explora a percepção de que as políticas parlamentares e partidárias falham em proporcionar uma representação adequada para algumas parcelas-chaves da população.

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018) os populistas procuram negar a legitimidade dos partidos já existentes, os colocando contra a sociedade. Eles procuram ganhar o apoio dos eleitores para influenciá-los que o sistema não é uma democracia real, mas algo que está deturpado, fraudado ou manipulado pela elite.

Assim, a existência de verdadeiros partidos políticos é uma condição necessária, não suficiente, para evitar o surgimento do populismo. O populismo representa uma ameaça ao funcionamento adequado dos partidos políticos, e o funcionamento adequado dos partidos políticos ameaça correspondentemente o populismo.

O teste essencial para a democracia não é se essas figuras surgem, mas, antes de tudo, se líderes políticos e especialmente os partidos políticos trabalham para evitar que eles acumulem poder – mantendo-os fora das chapas eleitorais dos partidos. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 19).

Os partidos políticos são uma característica necessária de um sistema democrático em funcionamento. Manin (1995, p. 13) afirma que “os partidos continuam a exercer um papel essencial, mas tendem a se tornar instrumentos a serviço de um líder”. A ausência de um sistema partidário que funcione bem pode contribuir para o aumento do populismo, enquanto um sistema partidário decadente pode se tornar vulnerável às suas tentações.

O populismo é mais do que um estilo retórico ou protesto político. Devemos nos concentrar na forma como o populismo interpreta, usa e muda a democracia representativa, seu principal alvo na experiência contemporânea. A análise do populismo no poder mostra que, embora seja uma transformação interna da democracia representativa, pode desfigurá-la ao fazer dos princípios da legitimidade democrática (o povo e a maioria) a posse de uma parte do povo, que um líder forte encarna e se mobiliza contra outras partes (minorias e oposição política).

O populismo no poder é um majoritarismo extremo. Freidenberg (2007) afirma que os líderes populistas podem formar partidos, através de grupos políticos, que levam seus membros a cargos de representação por meio de eleições. O que acontece é que esses partidos são de natureza e funcionam de forma diferente do modelo europeu de partidos de integração em massa que costuma ser usado como parâmetro para definir o que é, ou não, um partido.

Para Levitsky e Ziblatt (2018, p. 37-38) “existem formas de evitar que os populistas ganhem forças, e isto está nas mãos dos partidos políticos: os defensores da constituição e da democracia”. Essas medidas são:

- a) Primeiro, eles podem manter autoritários em potencial fora das chapas eleitorais em época de eleição;
- b) Segundo, os partidos podem erradicar extremistas nas bases de suas fileiras;
- c) Terceiro, partidos pró-democráticos podem evitar toda e qualquer aliança com partidos e candidatos antidemocráticos.
- d) Quarto, partidos pró-democráticos podem atuar para isolar sistematicamente extremistas, em vez de legitimá-los;
- e) E por fim, sempre que extremistas emergem como sérios competidores eleitorais, os partidos predominantes devem forjar uma frente única para derrotá-los.

Como deixa claro Przeworski (2020) vários partidos em ascensão se mostram como “antissistema”. São populistas a medida que a representação que projetam da política é a de uma elite. Ter uma constituição que apoia partidos políticos, que funcione bem, faz com que evite o surgimento de líderes populistas agindo como instituições mediadoras que ligam os líderes do estado ao seu povo, obrigando esses líderes a defender e negociar suas políticas. A fragilidade institucional é condição necessária para o surgimento do populismo, pois o desaparecimento dos partidos e a descrença nas funções do Estado por sua incapacidade de processar as demandas populares provocam um cenário de desencanto que resulta na busca por algo e alguém transgressor, que está em sintonia com as demandas sociais.

Para Cassimiro (2021) esse populismo contemporâneo, que promove uma relação direta entre o líder e o povo, dispensa atores intermediários, como os partidos. Uma democracia populista desafia a democracia partidária e, quando consegue, estabiliza-se usando em excesso os meios que a democracia oferece: promove uma mobilização permanente da opinião popular em apoio ao seu líder no governo e, se possível, reescreve a constituição. Essa condição é satisfeita quando o sistema político não consegue se sintonizar com a sociedade e, pior ainda, inclui segmentos historicamente excluídos da comunidade política. Em países onde os partidos continuam sendo a correia de transmissão entre a sociedade e o Estado (pela participação do povo e uma tradição organizativa), a entrada do populismo é muito difícil.

Os partidos políticos tradicionais precisam se diferenciar com credibilidade, tornar-se muito mais responsivos aos seus eleitores e articular e defender consistentemente as regras democráticas do jogo. Onde os partidos políticos são fortes, os populistas têm muito menos chance de chegarem ao poder. “Resumindo, os partidos políticos são os guardiões da democracia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 33).

4. O CONTEXTO POR TRÁS DA DESCONFIANÇA NOS PARTIDOS BRASILEIROS

Baquero (2006) se refere à democracia brasileira como uma democracia inercial. Ou seja, há um desenvolvimento das instituições políticas, um melhoramento das leis, das normas, no conceito poliárquico. Porém, pouco ou nada progride na realidade social, assim, é uma democracia inercial na qual identifica-se os seguintes aspectos: primeiro, políticas econômicas que não beneficiam as populações excluídas e que permanece o desemprego sem nenhuma alteração e estagnado; segundo uma cultura heterogênea que institucionaliza uma

conduta de conformação e repugnância com o processo político. Esta cultura política de conformação e repugnância se manifesta em uma cultura de desconfiança generalizada em relação à política, da mesma forma como nas confianças interpessoais na base da população. A contrariedade desse tipo de configuração cultural é que impossibilita o funcionamento da democracia.

Segundo Fuks, Ribeiro e Borba (2018) cenários de crise política combinados com polarização política podem levar à intolerância também a grupos tradicionais, principalmente partidos políticos. Isso se aplica ao Brasil de hoje: os principais partidos do sistema político brasileiro há 25 anos (PT, PSDB e MDB), todos tradicionais e moderados, tornaram-se os principais alvos da intolerância política dos cidadãos brasileiros.

Exploramos os contextos atuais da democracia no caso brasileiro, entre 2013 e 2020 com foco na opinião pública e no comportamento político. Atitudes antidemocráticas ganharam maior destaque no país, após dois processos de impeachment, repetidos escândalos de corrupção e a eleição de um neopopulista, com claras tendências autoritárias, nas eleições de 2018 e seu negacionismo em frente ao combate a Covid-19 em 2020. O enfraquecimento das instituições políticas criou um terreno fértil para ataques à democracia, desde o sistema eleitoral até o funcionamento de instituições contramajoritárias. Muitos observadores externos e internos veem Bolsonaro como a principal consequência dessa desconfiança extrema que caracteriza a política brasileira contemporânea. Por mais que Bolsonaro seja, no entanto, a política brasileira já estava com níveis altíssimos de desconfiança antes que ele ganhasse destaque em 2017 e vencesse as eleições em 2018.

O principal ponto de virada ocorreu em 2013. Por quase vinte anos antes, o Brasil havia desfrutado de estabilidade democrática, quantidades saudáveis da concorrência partidária num quadro claramente democrático. Em junho de 2013, o Brasil caiu em uma crise econômica e política aguda e contínua. Uma longa série de escândalos de corrupção contaminou todos os principais partidos – PT, PSDB e o MDB. Protestos massivos em todas as grandes cidades em 2013, algo não visto no Brasil desde seu retorno à democracia na década de 1980, foram o primeiro sinal de problemas. Estimulados pela raiva por questões econômicas, como aumentos de passagens de ônibus e metrô, os protestos logo estimularam uma raiva mais ampla por serviços sociais inadequados e, nos próximos anos, corrupção sistêmica em toda a classe política. O PT conseguiu a reeleição em 2014 após uma disputa extraordinariamente amarga que envolveu o uso tão sistemático de campanhas de notícias falsas e ataques tão mordazes que um retorno pós-eleitoral ao normal era impossível

(SCHERER-WARREN, 2014).

O segundo mandato de Dilma foi tão disfuncional e ofuscado pela amarga polarização PT contra anti-PT que o Congresso deixou de aprovar qualquer de seus projetos legislativos relevantes. Atingida por uma grande crise econômica e revelações sobre corrupção de proporções históricas envolvendo grandes empresas como Petrobras e Odebrecht, Dilma Rousseff foi cassada em 2016. O impeachment foi um processo político devastadoramente divisivo e traumatizante que trouxe à tona a polarização, não apenas na clivagem PT contra anti-PT, mas também em um eixo mais profundo de estabelecimento versus anti-estabelecimento. O segundo mandato fraco e de curta duração de Dilma Rousseff e a escolha como sucessor o seu impopular vice-presidente Michel Temer, que também foi acusado de corrupção, reforçaram o profundo ceticismo de muitos brasileiros sobre a disposição da classe política de consertar as falhas cada vez mais evidentes do sistema, incluindo corrupção maciça, crescimento econômico cronicamente baixo, serviços públicos ruins e uma crise de segurança pública de proporções sem precedentes (CARLEIAL, 2015).

A queda do Brasil na confiança tem muitos culpados. Particularmente após as eleições de 2014, os partidos da oposição não adotaram uma retórica conciliatória e, em vez disso, procuraram minar o governo desde o início. Durante esse processo, a quase completa falta de atores políticos vistos como acima da briga, como ex-presidentes amplamente respeitados e unificados que poderiam ter reivindicado a criação de uma aliança democrática contra o candidato de extrema-direita, foi sentida. Nesse quadro, em 2017, veio Bolsonaro, um deputado de direita de longa data de poucas realizações que se posicionou como o candidato mais antissistema, antiestablishment e anti-PT, derrotando o candidato presidencial do PT, Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, no segundo turno das eleições de 2018. O Brasil elegeu um presidente politicamente reacionário que não acredita em negociação e formação de coalizões, políticas democráticas ou instituições contramajoritárias. Sua chegada ao poder criou um novo desequilíbrio populista entre a presidência e as instituições contramajoritárias que foram fortalecendo suas capacidades de controle (SILVA, 2021)

Como esperado, Bolsonaro governou de forma intensamente polarizadora, o neopopulista antissistema lutando contra a classe política. Isso fez com que muitos de seus críticos vissem um novo eixo de desconfiança pressionando o país, entre um autoritarismo emergente (por parte do presidente) versus sobrevivência democrática (representada pelos partidos políticos tradicionais e atores cívicos). Os primeiros dezoito meses do governo de Jair Bolsonaro foram marcados por comportamento errático do presidente, conflitos

incessantes entre grupos políticos, ameaças de interrupção de mandato, coalizões voláteis e desdém pelas políticas públicas. A pandemia de Covid-19, um claro choque externo, aprofundou ainda mais os conflitos. Trouxe os governadores de volta ao centro da política brasileira, como contraponto à posição de total descaso do Governo Federal em relação à crise sanitária (MENDES; SILVA, 2022).

Portanto, o Brasil tornou-se um caso interessante para explorar os efeitos dessa desconfiança partidária na dinâmica de crise democrática e tentativas de ataques populistas à democracia.

5. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para o desenvolvimento do trabalho aqui abordado, busca-se fazer uma análise inicial, através de revisão bibliográfica, a fim de resgatar a importância dos partidos políticos. Trata-se de utilizar o método de análise descritiva com base em dados quantitativos. Para promover um refinamento teórico com o objetivo de apurar a compreensão e efeitos dos partidos políticos para a democracia brasileira. Dessa forma, a revisão da literatura procedeu-se em artigos sobre confiança nos partidos políticos, democracia e partidos, cultura política e representação, buscados no Scielo e no Google Acadêmico. Num segundo momento, avaliam-se dados quantitativos, em que foram selecionados como amostra os dados retirados do Latinobarômetro.

O Latinobarômetro, com sede no Chile, publica um estudo anual sobre atitudes em relação à democracia, confiança nas instituições e outras questões atuais relacionadas aos países latino-americanos. Realizada desde 1995, é uma ONG sem fins lucrativos com sede em Santiago, Chile. Nele publica-se um estudo anual sobre atitudes em relação à democracia, confiança nas instituições e outras questões atuais relativas aos países latino-americanos. Muitas perguntas são padronizadas e, portanto, facilitam a análise de séries temporais.

Para melhor analisar a desconfiança partidária no Brasil e sua evolução ao longo do tempo, utilizamos dados das ondas de 2013-2020, são anos que, conforme mencionamos na seção 4, coincidem com o aumento do nível de desconfiança nos partidos brasileiros. Os dados aqui apresentados devem ser interpretados com cautela, uma vez que as perguntas feitas não nos permitem captar em detalhes qual é a posição geral dos cidadãos em relação à confiança. No entanto, o lado positivo é que o Latinobarômetro vem perguntando sobre a confiança pelo menos desde 1995-1996, o que nos permite começar a ter uma visão de longo

prazo da evolução desse tema na região.

Desse modo, no Latinobarômetro, foram selecionadas algumas variáveis relacionadas ao caso brasileiro:

- “Participação no governo ou oposição do partido político em que você vota”.

Para Moisés (1990) a participação eleitoral quanto ao uso efetivo que o cidadão faz do ato de votar, como a efetividade de valores essenciais em relação à vida política são indicadores bastante significativos da adesão que a sociedade expressa ao novo regime democrático vigente no país.

- “Por favor, olhe para este cartão e diga-me, para cada um dos grupos, instituições ou pessoas da lista, quanta confiança você tem neles?”

a) Partidos Políticos.

A confiança nas instituições capta formas difusas de sustentação do sistema.

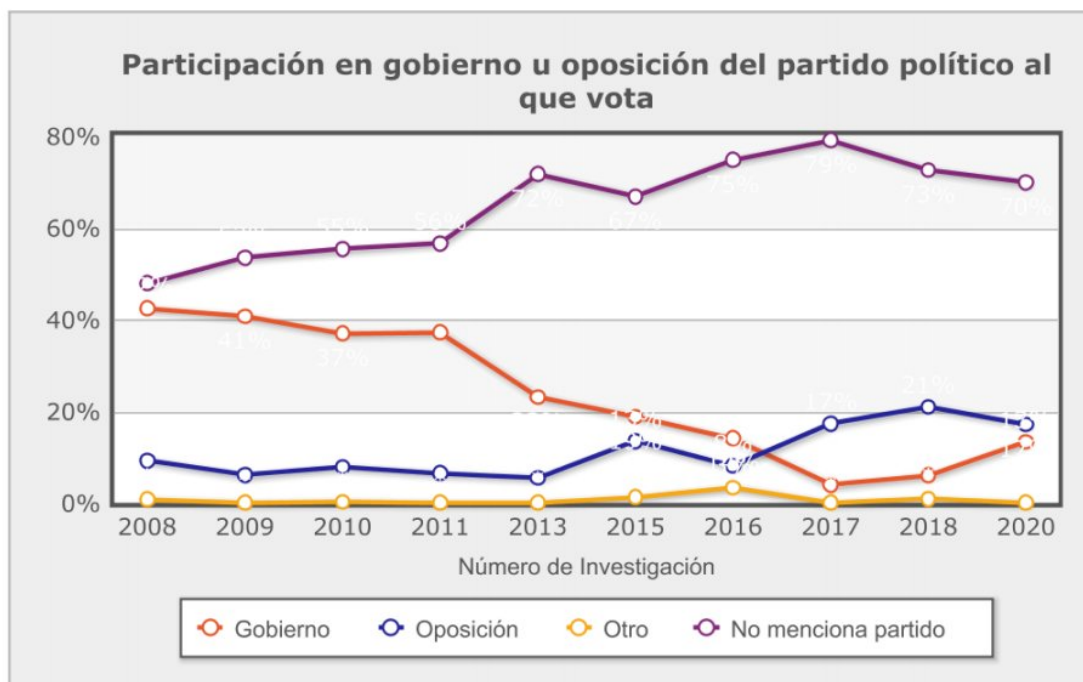
- “Em geral, você diria que está muito satisfeito, bastante satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?”

Para Moisés (1990) “o sentimento dos cidadãos em relação aos valores democráticos e o funcionamento das instituições tem sido apontado como um bom indicador da força ou da fraqueza dos vínculos mais profundos que unem os cidadãos a esse regime”.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Moisés (1990), deve-se reconhecer a participação eleitoral porque ela possui uma proporção objetiva, visto que gera resultados quanto ao papel de selecionar governos. As taxas de participação eleitoral dependem de muitos fatores, incluindo o tipo de sistema eleitoral, os grupos sociais aos quais os eleitores pertencem, as personalidades e crenças dos eleitores, seus locais de residência e uma série de outros fatores idiossincráticos. Em particular, a percepção da competência governamental de candidatos e partidos políticos muitas vezes pesa muito nas escolhas dos eleitores.

**Gráfico 1 - Participação no governo ou oposição do partido político em que você vota:
Brasil.**



Fonte: Latinobarômetro

O Gráfico 01, observando os números de 2013 a 2020, é importante mencionar a abstenção política, um comportamento de silêncio ou passividade individual no ato eleitoral que é a expressão de uma certa vontade política de rejeitar o sistema político ou a convocação eleitoral em particular, ou de não se identificar com qualquer um dos líderes ou agenda política em competição eleitoral, transformando o que poderíamos chamar de ato de desobediência cívica ou na realização de sua insatisfação política. Quando ultrapassa os limites da decisão individual de se tornar uma ação que promova a inibição participativa ou a abstenção, para mostrar oposição ao regime político (AGUIAR; CASALECCHI, 2021).

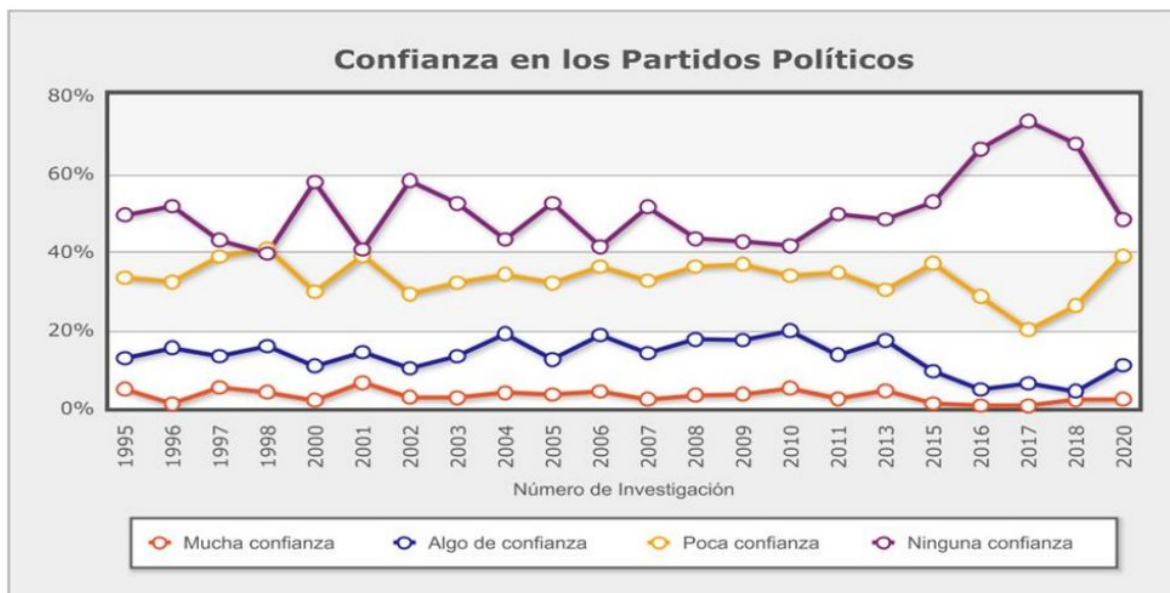
Em suma, o distanciamento, a progressiva desconfiança entre partidos e cidadãos no que constitui uma grave contradição do estado democrático e que é a grande questão que a ciência política deve considerar nos próximos anos.

Os dados apresentados verificam-se uma taxa altíssima de abstencionismo de 2013 a 2020, não mencionando quaisquer partidos, com uma média de 70%, com seu índice mais elevado em 2017, com 79%. Já a participação no governo, têm seu número mais elevado em 2013, com 23%, e o menor em 2017, com 3,8%. Já na oposição têm a maior porcentagem em 2018, com 20,8%, já a menor em 2013, com 5,4%.

Neste aspecto a evolução dos últimos anos é negativa e significativa: os partidos perdem

a confiança e simultaneamente perdem seguidores na população. Isso torna evidente a baixa percepção de representatividade. A falta de confiança e a baixa identificação dos eleitores com os partidos favorecem o aparecimento de lideranças não partidárias.

Gráfico 2 – Confiança nos Partidos Políticos Brasileiros



Fonte: Latinobarômetro

Como pode ser observado, os níveis gerais de confiança exibidos no Brasil são muito baixos. No ano mais recente da pesquisa, em 2020, apenas cerca de 10,9% mostram uma atitude geral favorável em relação à alguma confiança e 2,2% de muita confiança, enquanto uns 49% exibem a atitude oposta de nenhuma confiança e 38,8% de pouca confiança. O ápice de desconfiança tem seu nível mais elevado em 2017, com 73,3%, seguido pelos anos de 2016 e 2018 (período das eleições), com 66,2 % e 67,5%, respectivamente. O interessante é que a desconfiança começa a crescer a partir de 2013, como já mencionamos, o início das manifestações de junho. As crises políticas sustentam a descrença na principal instituição representativa. Embora os partidos políticos continuem a servir como meio de canalização da representação política, trata-se de um cenário ambivalente.

A confiança política tem relação ao funcionamento de regras, normas e estruturas que adequam o funcionamento das instituições e cujos resultados acabam recaindo sobre os cidadãos, ou seja, “a confiança política dos cidadãos em instituições dependeria da coerência delas com a sua autojustificação normativa” (MOISÉS, 2013, p. 44).

Gráfico 3 – Satisfação com a Democracia



Fonte: Latinobarômetro

Em relação a variável satisfação com o funcionamento da democracia, observa-se no gráfico que existe uma correlação entre a satisfação com os partidos políticos e a democracia. Os anos de 2016, 2017 e 2018, onde tivemos os índices mais altos de desconfiança nos partidos, é onde temos os mais altos de satisfação com a democracia (52,5%, 56,8%, 46,9% respectivamente). Já em relação a alta satisfação e confiança, percebemos que os dois gráficos se mantem negativamente durante os anos, não ultrapassando os 10%.

Desta forma, a força dos partidos políticos está relacionada com os processos de satisfação com a democracia, uma vez que se articula à satisfação dos cidadãos através dos canais de representação e participação política, o que afeta a sua confiança. Segundo Easton, “onde tal apoio ameaça cair abaixo de um índice mínimo, independentemente da causa, o regime precisa providenciar mecanismos para reestabelecer o apoio vacilante ou seus dias estarão contados” (EASTON, 1968, p.168).

Moisés (2013), aborda a questão de a democracia brasileira conviver demasiadamente com um cenário de constante e crescente depreciação por parte de sua população ao avaliarem com baixos níveis de confiança a suas principais instituições políticas representativas. Quando isso ocorre, as instituições políticas ficariam prejudicadas em sua competência de coordenar a população na busca de colaboração para a resposta aos seus principais problemas. A confiança nos partidos políticos permite que ganhem legitimidade nas decisões e negociações que se estabelecem nos governos. Destaca-se a necessidade dos partidos políticos para o desenvolvimento das democracias.

7. CONCLUSÕES

As avaliações negativas sobre os partidos políticos, por meio das pesquisas e estudos, nos levam a investigar quais são os elementos que explicam o estado atual e de como o comportamento e as ações dos os partidos políticos influenciam o amadurecimento ou o enfraquecimento da democracia. Nesse sentido, podemos apontar três características básicas a serem levadas em conta para explicar os desafios democráticos e sua relação com a crise dos partidos políticos.

Um primeiro elemento consiste na importância da responsabilidade política. Não basta estudar a forma tradicional das instituições políticas e as fragilidades dos mecanismos de representação. As percepções dos cidadãos e a maneira como isso afeta as instituições democráticas também devem ser levadas em consideração. O valor subjetivo é de suma importância, principalmente quando os espaços de comunicação entre governo e sociedade são limitados ou inexistentes. Nesse sentido de responsabilidade política, é pertinente fortalecer os vínculos entre cidadãos, organizações civis e instituições formais do governo.

É importante considerar que essa mudança no papel das partes não significa que elas tenham perdido sua importância como promotoras do diálogo e das políticas. Devemos notar também que os partidos estão agora mais institucionalizados e, apesar de se afastarem da função de organização social, reforçaram sua profissionalização por meio de seu papel no governo. Nesse sentido, reforça-se a importância da agenda que analisa os partidos políticos no cenário contemporâneo, bem como sua organização, institucionalização e canais de comunicação com os cidadãos. Portanto, deve-se partir da realidade local e do contexto atual, sem descuidar da influência da mídia, dos canais de participação cidadã e do papel das organizações sociais.

Um segundo fator centra-se na qualidade e eficiência das instituições democráticas, incluindo as organizações partidárias. Não se trata apenas de cumprir, mas também de aprimorar ações institucionais baseadas na representação, mediação e agregação de interesses. Se partirmos da hipótese de que as instituições representativas ainda são fracas, devemos nos perguntar se essa debilidade é apenas temporária ou antes estrutural e em que medida passa a ser responsabilidade dos partidos políticos.

E um terceiro elemento baseia-se no combate à corrupção política. É importante entender como as "crises partidárias" estão diretamente relacionadas aos níveis de corrupção de seus governantes, e que, conseqüentemente, a questão do combate à corrupção deve ser prioridade para, não apenas para superação o declínio das instituições partidárias, mas também para aliviar

a tendência geral de desencanto e insatisfação com a democracia.

Os resultados apresentados mostram os impactos eleitorais de um contexto em que políticos, instituições políticas, partidos e tudo relacionado à política perde a pouca confiança que ainda resta na sociedade. Esse cenário permite compreender a expansão e intensificação do fenômeno da desconfiança partidária no Brasil. Apesar disso, a crítica aos partidos não reflete inteiramente uma rejeição da democracia. Em muitos países, as pessoas que apoiam a democracia, veem os partidos como uma parte necessária da mesma, também expressam desconfiança em relação aos partidos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Natália Nunes; CASALECCHI, Gabriel. Se o voto fosse facultativo? Expectativas de participação eleitoral voluntária no Brasil e o papel do status socioeconômico. **Opinião Pública**, 2021.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Revista Debates**, 2006.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia** (uma defesa das regras do jogo). Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

BOTELHO, João Carlos Amoroso; OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; BONIFACIO, Robert. O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. **Revista Estudos Sociais**, Bogotá, 2020.

BORBA, Julian; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, 2019.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FREIDENBERG, Flavia. **La tentación populista: Una vía al poder en América Latina**. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.

FUKS, Mario; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Polarização, antipartidarismo e

tolerância política no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu. Anais eletrônicos. **São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2018.

LAZZARI, E. A. Explicações assimétricas para a desconfiança em partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, 2017.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018.

MANIN, Bernard. Metamorfoses do governo representativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. n. 29, p. 5-34, 1995.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. Eleições e representação. **Lua Nova**, São Paulo, 2006.

MENDES, André; SILVA, Terezinha. O populismo no Brasil: as estratégias utilizadas por Bolsonaro para chegar ao poder. **Media & Jornalismo**, 2022.

MENDONÇA, Daniel. Populismo como vontade de democracia. **Colombia International**, 2014.

MOISÉS, José Álvaro. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 1990.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, 2005.

MOISÉS, José Alvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 2008.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. **A Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, M. V. **O populismo de Bolsonaro: Uma análise das eleições presidenciais brasileiras de 2018**. Orientador: Antunes, Sandrina. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Minho, Minho, 2021.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, 2014.